tamente participações noutras sociedades, excepto na sociedade de gestão de títulos por ela constituída.

ARTIGO 15.º

(Regime fiscal)

1. As sociedades referidas no artigo 1.º que tenham capital superior a 100 000 contos gozarão, relativamente às quotas de sociedades nacionais e títulos nacionais que lhes pertencam, do regime fiscal estabelecido para as sociedades cuja actividade consista na mera gestão de uma carteira de títulos.

2. É aplicável aos lucros atribuídos pelas sociedades a que se refere a primeira parte do número anterior o disposto no n.º 1 do artigo 10.º do Código do Imposto de Capitais, até ao montante dos juros e lucros de títulos nacionais e quotas de sociedades nacionais, recebidos ou creditados nos termos da parte final do mencionado n.º 1.

3. O disposto nos números anteriores não é aplicável às sociedades referidas no n.º 1 do artigo 13.º, na primeira parte do n.º 2 e no n.º 4 do artigo 14.º

ARTIGO 16.º

(Sociedades com activo inferior a 10 000 contos)

1. As sociedades abrangidas pelo presente diploma, com activos inferiores a 10 000 contos, não é aplicável o disposto:

- a) Nos n.ºs 1 a 4 do artigo 6.º e no artigo 7.º;
- b) No artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 42 641 e no artigo 11.º do presente diploma;
- c) No artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 42 641;
- d) Nos artigos 36.º a 39.º do Decreto-Lei n.º 42 641;
- e) Nos artigos 75.º a 77.º do Decreto-Lei n.º 42 641.

2. Quando os activos destas sociedades ultrapassarem 10 000 contos, o prazo para se adaptarem às novas disposições a que passem a ficar sujeitas é de cento e oitenta dias após a verificação da aludida circunstância.

ARTIGO 17.º

(Sanções)

1. As sociedades sujeitas ao regime das instituições parabancárias que, depois da entrada em vigor deste diploma, comecem a funcionar sem a autorização exigida por lei, é aplicável, com as necessárias adaptações, o regime legal da liquidação de estabelecimentos bancários irregulares.

2. É nula a constituição de sociedades com violação do disposto no n.º 1 do artigo 5.º

3. São nulos os actos contrários ao disposto nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 8.º e no n.º 5 do artigo 14.º

4. O exercício, de facto, de qualquer actividade comercial ou industrial, em contrário ao disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 8.º, acarreta a dissolução da sociedade, a requerimento do Ministério Público.

5. São punidos com multa de 5000\$ a 50 000\$ os administradores que não derem cumprimento ao disposto no artigo 10.º

6. A violação de outros preceitos do presente diploma é punida com multa de 1000\$ a 1 000 000\$.

7. A requerimento do Ministério Público, podem ser judicialmente dissolvidas as sociedades de investimento ou de aplicação de capitais que tenham sido duas vezes

condenadas em multa por violação do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 8.º

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. — *Marcello Caetano* — *Mário Júlio Brito de Almeida Costa* — *João Augusto Dias Rosas*.

Promulgado em 20 de Julho de 1972.

Publique-se.

O Presidente da República, AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Secretaria-Geral**Serviços Jurídicos e de Tratados****Aviso**

Por ordem superior se torna público que o Governo da Irlanda levantou, com efeito a partir de 10 de Fevereiro de 1972, a reserva que havia formulado ao Protocolo de Genebra de 17 de Junho de 1925 sobre a proibição de uso, na guerra, de gases asfixiantes, tóxicos ou similares e de meios bacteriológicos.

Secretaria-Geral do Ministério, 19 de Julho de 1972. — O Secretário-Geral, *José Tomás Cabral Calvet de Magalhães*.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR
Direcção-Geral de Fazenda**Portaria n.º 422/72**

de 2 de Agosto

Considerando o que foi proposto pelo Governo da Guiné no sentido de serem reforçadas duas dotações do Programa de Investimentos do III Plano de Fomento para o corrente ano;

Tendo em vista a delegação conferida pelo Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos em 20 de Janeiro de 1970:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, nos termos dos artigos 11.º, alínea h), e 13.º do Decreto n.º 35 770, de 29 de Julho de 1946, conjugados com o artigo 5.º do Decreto n.º 40 712, de 1 de Agosto de 1956, que o Governo da Guiné, tomando como contrapartida os saldos das contas de exercícios findos, abra um crédito especial de 7 027 000\$ para reforço das seguintes verbas da tabela de despesa extraordinária do orçamento geral da província para o ano económico de 1972:

Capítulo 12.º, artigo 386.º «III Plano de Fomento — Programa de execução para 1972»:

5) Energia	627 000\$00
7) Transportes, comunicações e meteorologia:	
c) Transportes aéreos e aeroportos	6 400 000\$00
	<hr/>
	7 027 000\$00

Ministério do Ultramar, 21 de Julho de 1972. — Pelo Ministro do Ultramar, *Rui Martins dos Santos*, Subsecretário de Estado do Fomento Ultramarino.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* da Guiné. — *Rui Martins dos Santos*.